



## MAPEAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Área temática: Gestão Estratégica e Operacional

**Alice Munz Fernandes**

[alicemunz@gmail.com](mailto:alicemunz@gmail.com)

**Marta Elisete Ventura Da Motta**

[martamotta1234@gmail.com](mailto:martamotta1234@gmail.com)

**Maria Emilia Camargo**

[mariaemiliappga@gmail.com](mailto:mariaemiliappga@gmail.com)

**Silmara Bortolotto**

[silmarabortolotto@yahoo.com.br](mailto:silmarabortolotto@yahoo.com.br)

**Sérgio Cavagnoli Guth**

[sergio.guth@terra.com.br](mailto:sergio.guth@terra.com.br)

**Resumo:** As micro e pequenas empresas impactam no desenvolvimento econômico da sociedade. Assim, esta pesquisa teve por objetivo identificar o comportamento do mapeamento das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, pela análise longitudinal de 2010 a 2014. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e registros em arquivos. Os resultados obtidos evidenciam que no Brasil e no Rio Grande do Sul a quantidade de micro e pequenas empresas ativas foi crescente, atingindo um aumento de 76,6% no Brasil e de 55,3% no Rio Grande do Sul entre 2010 a 2014. Também verificou-se a existência de variações quanto aos regimes tributários e a classificação destas conforme seu porte. Quanto à classificação por tamanho verifica-se um aumento mais significativo da quantidade de microempreendedores individuais do que de micro e pequenas empresas. Assim, observou-se que o comportamento deste mapeamento segue um viés nacional, estadual e municipal, pois se apresentou de forma similar com divergências não significativas.

**Palavras-chaves:** Mapeamento, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte.



## 1 INTRODUÇÃO

As atividades empresariais estão se tornando cada vez mais competitivas, exigindo que os empreendedores estejam atentos às mudanças e preparados para tomar as decisões necessárias que garantam a continuidade da organização (FERREIRA, 2013). A contabilidade tendo como objeto de estudo o patrimônio é utilizada pelas organizações para o cumprimento das suas obrigações legais e também contribui como uma fonte de informações usadas no gerenciamento para a tomada de decisões (STROEHER; FREITAS, 2008).

É essencial ainda para os empreendedores terem conhecimentos sobre o meio empresarial, principalmente do segmento que atuam, a fim de planejar com eficácia suas decisões e para analisar as opções de novos negócios. Pois, em decorrência do crescimento destas organizações ocorre a geração de mais contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do País (DRUCKER, 2002).

Diante da diversidade de empresas que existem no Brasil as microempresas e empresas de pequeno porte representam a maioria destas empresas ativas, conseqüentemente o total de suas contribuições é significativo perante os empreendimentos de maior porte. Dado que a legislação brasileira oferece um tratamento simplificado para incentivar o desenvolvimento destes pequenos negócios, colaborando para este segmento empresarial ser uma das opções escolhidas no momento de empreender (SANTOS; KREIN; CALIXTRE, 2012).

Portanto, procura-se no contexto empresarial realizar o mapeamento das micro e pequenas empresas no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Vacaria. Com o propósito de gerar mais informações sobre este segmento empresarial, contemplando no estudo a quantidade destas empresas ativas, seus regimes de tributação, sua classificação por tamanho, suas principais seções de atividades econômicas e apurando se as características desse mapeamento apresentam uma tendência de comportamento no âmbito nacional, estadual e municipal.

Assim, a pesquisa realizada teve por objetivo identificar o comportamento do mapeamento das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito nacional, estadual e municipal, comparando as variações encontradas no período estudado de 2010 a 2014 nestes três âmbitos.



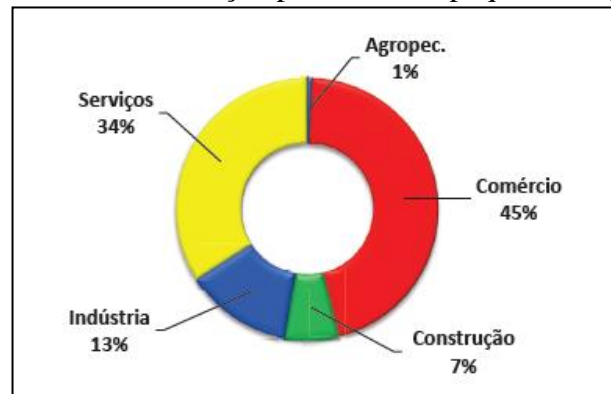
## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 SETORES ECONÔMICOS

De acordo com Troster e Mochón (2002) as atividades que desempenham os agentes econômicos podem ser agrupadas em três setores: o setor primário refere-se às atividades que se realizam próximas às bases dos recursos naturais, como a agricultura, pesca e mineração; o setor secundário abrange as atividades industriais, de transformação dos bens; e o setor terciário as atividades que satisfação à necessidade de serviços produtivos que não se transformam em algo material, como as atividades de serviços, comércio, transporte etc.

Analisando a distribuição dos pequenos negócios pelos setores econômicos, definidos anteriormente pelos autores, com base nos dados do SEBRAE (2015) pode se afirmar que o setor primário é o que concentra a menor quantidade de atividades realizadas por empreendimentos de pequeno porte, apenas 1% de atividades agropecuárias. Já, o setor secundário apresenta a concentração de 20% destes empreendimentos, onde 13% são atividades industriais e 7% atividades relacionadas à construção. E o setor terciário concentra a maior parte das atividades dos pequenos negócios com 79%, sendo 34% destas atividades industriais e 45% em atividades comerciais. A distribuição das atividades econômicas pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 – Concentração por setor dos pequenos negócios no Brasil



Fonte: Secretaria da Receita Federal – dezembro/14, apud SEBRAE /2015.

De acordo com a os dados dos percentuais apresentados a maior parte das atividades econômicas dos pequenos negócios está alocada as atividades do comércio com 45%, seguida pelas atividades de serviços com 34%, depois as atividades industriais com 13%, a seguir das atividades de construção 7% e as atividades agropecuárias com apenas 1% do total das atividades desenvolvidas.

## 2.2 IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

No contexto econômico Rossetti (2011, p. 163) afirma que “as empresas são os agentes econômicos para os quais convergem os recursos de produção disponíveis”. Ressalta Troster e Mochón (2002, p. 20) “a empresa é a unidade de produção básica. Contrata trabalho e compra fatores com o fim de fazer e vender bens e serviços”.

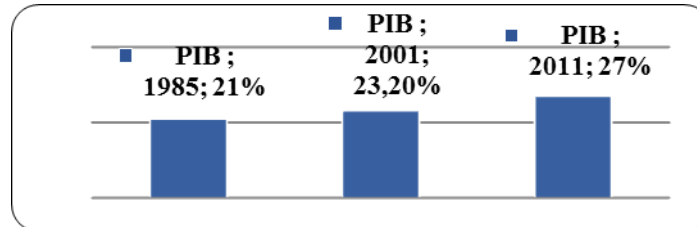
“As Micro e Pequenas Empresas (doravante MPE) vêm adquirindo, ao longo dos últimos 30 anos, uma importância crescente no país, sendo inquestionável o seu relevante papel socioeconômico desempenhado”. (SEBRAE, 2015, p. 3).

Ressalta Koteski (2004, p. 16) sobre os pequenos empreendimentos na economia brasileira: “As micro e pequenas empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente”.

Conforme SEBRAE (2014) o empreendedorismo nos últimos anos está crescendo no Brasil, fazendo necessário conhecer a participação destas empresas na economia. Em 1985 o IBGE apurou em 21% a participação dos pequenos negócios no Produto Interno Bruto (PIB), mas como não havia uma atualização deste indicador o SEBRAE encomendou uma pesquisa, que seguiu a mesma metodologia da pesquisa anterior. O resultado obtido em 2001 foi de 23,2% do PIB e em 2011 as micro e pequenas empresas (MPE) geraram 27% do PIB, assim este segmento vem aumentando progressivamente sua participação na economia brasileira. Os percentuais são apresentados na Figura 2.



Figura 2 – Participação das micro e pequenas empresas no PIB do Brasil nos anos de 1985, 2001 e 2011



Fonte: Adaptado de Sebrae (2014).

Observa-se o crescimento da participação das microempresas e empresas de pequeno porte no PIB do País. Algumas atividades econômicas geram maior contribuição para a formação deste indicador da produção nacional, onde se concentram a maior parte destes pequenos empreendimentos.

De acordo com a pesquisa do SEBRAE (2014) as micro e pequenas empresas, no período de 2009 a 2011, representavam no setor de serviços 98,1% do total de empresas, no setor de comércio 99,2% das empresas e no setor industrial representavam 95,5% do total de empresas destes setores. A participação no PIB por setores econômicos, apurada na pesquisa de 2011, é assim distribuída:

As micro e pequenas empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios. (SEBRAE, 2014, p. 6).

Deste modo, as atividades comerciais dos pequenos negócios são as que mais contribuem no PIB deste setor, seguidas pelas atividades de prestação de serviço e a indústria que apresenta uma contribuição menor no seu setor. Na avaliação entre a 2001 e 2011 a participação no PIB nacional das microempresas e empresas de pequeno porte aumentou 3,8% neste período. Por não ter divulgação de outra pesquisa mais recente sobre esta participação, estima-se que o aperfeiçoamento do tratamento dado para estas empresas pela legislação brasileira nos últimos anos incentivou a criação e o desenvolvimento deste segmento, conseqüentemente gerando mais contribuições para a economia nacional.

## 2.3 IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

Segundo Vasconcellos e Garcia (2008, p. 237) “para que o Estado cumpra suas funções com a sociedade, ele obtém recursos por meio da arrecadação tributária, que compõe sua receita fiscal”. Os pequenos negócios contribuem com seus tributos na arrecadação tributária nacional, estadual e municipal.

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SMPE) relata a importância deste segmento afirmando que:

As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais contribuem com parcela considerável da geração de emprego e renda em todo o país. No âmbito local, esse setor desempenha papel ainda mais relevante, pois movimenta a economia das cidades e colabora para a arrecadação de tributos a serem revertidos em serviços e investimentos de interesse da população (SEBRAE, 2014, p. 13).

Existem opções de regimes tributários onde as microempresas e as empresas de pequeno porte podem se enquadrar. O regime do Simples Nacional foi instituído na legislação brasileira oferecendo um tratamento simplificado a estes pequenos empreendimentos. Segundo Paes (2014, p. 541) “a arrecadação do Simples Nacional cresceu a taxas muito superiores a de todos os demais tributos, tendo sido três vezes maior do que a taxa real de crescimento de toda a arrecadação”. Logo, ressalta-se a relevância da contribuição em tributos que este segmento de empresas gera em relação aos demais tributos arrecadados no País.

Conforme os dados estatísticos da arrecadação no regime do Simples Nacional entre os anos de 2012 e 2014 os valores arrecadados aumentaram anualmente. No ano de 2014 houve um aumento de 13,97% na arrecadação total em relação ao ano anterior, para união o aumento foi 14,31%, para os estados atingiu 10,63% e nos municípios chegou a 17,28%. Os valores do resumo desta arrecadação são evidenciados na Tabela 1.



Tabela 1 – Resumo da arrecadação do Simples Nacional nos anos de 2012, 2013 e 2014

<b>RESUMO DA ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL</b>					
<b>(VALORES EM R\$ MILHÕES)</b>					
<b>ANO</b>	2012	Variação (%)	2013	Variação (%)	2014
<b>UNIÃO</b>	35.257,65	17,46%	41.414,66	14,31%	47.341,71
<b>ESTADOS</b>	7.492,53	14,24%	8.559,39	10,63%	9.469,66
<b>MUNICÍPIOS</b>	3.750,55	17,56%	4.409,31	17,28%	5.171,31
<b>TOTAIS</b>	46.500,74	16,95%	54.383,35	13,97%	61.982,68

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados estatísticos do Simples Nacional.

O aumento da arrecadação evidencia que houve um crescimento das empresas optantes no regime do Simples Nacional, demonstrando a importância deste regime sobre a economia nos últimos anos (PAES, 2014). O crescimento dos pequenos negócios beneficia a união, os estados e os municípios gerando mais arrecadação tributária, todavia ainda de suma importância é o desenvolvimento social que este segmento realiza no País, fazendo necessário também analisar esta questão.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme o IBPT (2015) a base de dados desta ferramenta é composta de informações da Receita Federal do Brasil (RFB); Secretarias Estaduais de Fazenda; Secretarias Municipais de Finanças; Agências Reguladoras; Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Caixa Econômica Federal (CEF); Juntas Comerciais Estaduais; Portais de Transparência; e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cabe ressaltar também sobre os dados que são apresentados no Portal Empresômetro MPE, que o IBPT (2015) define como micro e pequena empresa as organizações registradas na Junta Comercial do estado ou no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, ativas no Brasil, com as seguintes delimitações:

- Empresas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cujo “Nome empresarial” é acompanhado das inscrições ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte);
- Empresas com identificação de “matriz” no CNPJ;
- Empresas com atuação nos setores econômicos da Indústria, Agronegócio, Comércio e Serviços;
- Não Inclusas: Organizações do primeiro setor (públicas) e do terceiro setor (associações e entidades sem fins lucrativos);
- Tipos jurídicos: Sociedade Anônima, Sociedade Empresária Limitada, Empresas Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Micro Empreendedor Individual



(MEI), Empresário Individual, Sociedade Simples, Cooperativa, Consórcio, Sociedade em Comandita, Sociedade Estrangeira que se encontram em atividade no Brasil. (MPE, 2015, s/p.).

Com esta base de dados o IBPT (2015) apura as informações por cálculos estatísticos, apresentando como opções de pesquisa destas informações, por ano, por localização geográfica, por seção de atividades econômicas, entre outras opções deste portal que geram um panorama abrangente do mapeamento das micro e pequenas empresas. Assim, apresenta-se na sequência a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo.

Este estudo apresenta-se como uma pesquisa aplicada devido aos objetivos definidos serem com propósito de gerar conhecimentos sobre as microempresas e empresas de pequeno porte que possam ser utilizados para realização deste trabalho e por todos os interessados no tema.

Esta pesquisa caracteriza de forma exploratória, pois estuda-se a literatura existente sobre as microempresas e empresas de pequeno porte e procura-se analisar o comportamento do mapeamento das micro e pequenas empresas explorando este tema para gerar conhecimentos em nível nacional, estadual e municipal, evidenciando neste novo enfoque as similaridades e as divergências apuradas nestes três níveis.

Referente aos procedimentos utilizados para a realização deste trabalho aplica-se a pesquisa bibliográfica, apresentando primeiramente o referencial teórico que aborda os assuntos tratados no trabalho, e também se aplica uma pesquisa documental, onde os dados utilizados para elaborar a análise do mapeamento das microempresas e empresas de pequeno porte foram coletados de fonte estatística, sendo esta a ferramenta de análise de informações denominada Empresômetro MPE, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Este trabalho aborda o problema de forma quantitativa, a análise do comportamento do mapeamento das micro e pequenas empresas realiza-se com dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, tratando os dados também por meio de instrumentos estatísticos, a fim de elaborar tabelas e gráficos que demonstrem este comportamento.

Portanto, este trabalho apresenta como uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico documental e de abordagem quantitativa, sendo que de acordo com o exposto pelos autores esta metodologia é a mais adequada para o desenvolvimento desse estudo.



## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O mapeamento das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, pela análise longitudinal de 2010 a 2014. Inicialmente apresenta-se a quantidade destas empresas ativas, em seguida a sua distribuição por regime tributário, sua classificação por tamanho e suas principais atividades econômicas por seção. Em cada item do mapeamento estudado procura-se demonstrar se ocorre alguma similaridade ou divergência deste comportamento nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Assim, averiguou-se a existência de uma tendência no comportamento deste mapeamento em três âmbitos, quais sejam: número, regimes tributários e atividades econômicas da micro e pequenas empresas.

As microempresas e as empresas de pequeno porte são um segmento empresarial que representam a maioria das empresas ativas em nível nacional, estadual e municipal. Pode-se observar a quantidade destes pequenos empreendimentos ativos no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Vacaria, no período de 2010 a 2014, na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de micro e pequenas empresas ativas no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Vacaria

QUANTIDADE DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ATIVAS										
ANO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
<b>BRASIL</b>	<b>7.515.309</b>	100%	<b>8.780.810</b>	100%	<b>10.111.330</b>	100%	<b>11.635.701</b>	100%	<b>13.275.526</b>	100%
<b>RS</b>	<b>646.498</b>	8,6%	<b>722.300</b>	8,2%	<b>806.695</b>	8,0%	<b>902.224</b>	7,8%	<b>1.003.954</b>	7,6%

Obs. Percentuais referentes a representação da quantidade de MPE de Vacaria no RS e do RS no Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBPT (2015).

O segmento das micro e pequenas empresas apresentou crescimento no número de empreendimentos ativos ao longo destes anos. Sendo que o município de Vacaria manteve neste período a representação de 0,5% destes empreendimentos ativos no total do Rio Grande do Sul, e este estado entre 2010 a 2014 apresentou uma diminuição de 1% da sua representação no total destes empreendimentos ativos do Brasil.

Os regimes tributários das microempresas e empresas de pequeno porte são apresentados divididos em três opções, o Regime Normal que representa os empreendimentos que optaram pela forma de tributação no regime do Lucro Real ou do Lucro Presumido, o regime do Simples Nacional e o Sistema de Arrecadação de Tributos em Valores Fixos Mensais, próprio do microempreendedor individual, denominado de SIMEI.

A quantidade destes empreendimentos ativos por ano é apresentada distribuída entre os regimes de tributação Normal, Simples Nacional e o sistema do SIMEI, no Brasil, no estado



do Rio Grande do Sul e na cidade de Vacaria, no período de 2010 a 2014, na Tabela 2 na sequência.

Tabela 2 – Distribuição das micro e pequenas empresas entre os regimes tributários no período de 2010 a 2014

DISTRIBUIÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO											
Ano	2010		2011		2012		2013		2014		
	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	
BRASIL	Regime Normal	3.625.634	48,2%	3.768.573	42,9%	3.881.324	38,4%	3.992.949	34,3%	4.094.012	30,8%
	Regime Simples Nacional	3.188.990	42,4%	3.572.673	40,7%	3.939.534	39,0%	4.330.477	37,2%	4.681.235	35,3%
	Pelo sistema do SIMEI	700.685	9,3%	1.439.564	16,4%	2.290.472	22,7%	3.312.275	28,5%	4.500.279	33,9%
	<b>TOTAL</b>	<b>7.515.309</b>	<b>100%</b>	<b>8.780.810</b>	<b>100%</b>	<b>10.111.330</b>	<b>100%</b>	<b>11.635.701</b>	<b>100%</b>	<b>13.275.526</b>	<b>100%</b>
	RS	Regime Normal	313.847	48,5%	323.164	44,7%	331.188	41,1%	340.138	37,7%	350.725
Regime Simples Nacional		291.222	45,0%	317.885	44,0%	343.896	42,6%	369.840	41,0%	391.600	39,0%
Pelo sistema do SIMEI		41.429	6,4%	81.251	11,2%	131.611	16,3%	192.246	21,3%	261.629	26,1%
<b>TOTAL</b>		<b>646.498</b>	<b>100%</b>	<b>722.300</b>	<b>100%</b>	<b>806.695</b>	<b>100%</b>	<b>902.224</b>	<b>100%</b>	<b>1.003.954</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBPT (2015).

Observa-se nas informações apresentadas na Tabela 3, por meio da análise vertical (A.V.) que evidencia de forma percentual a representação da quantidade de empreendimentos em cada opção tributária em relação ao total de empreendimentos de cada ano, que no Brasil o Regime Normal de tributação era o mais utilizado pelas micro e pequenas empresas nos anos de 2010 e 2011, onde representava respectivamente 48,2% e 42,9% do total destes empreendimentos, nos anos seguintes o regime do Simples Nacional passou a ser o mais utilizado por estes empreendimentos. Sendo que a opção pela forma do sistema do SIMEI apresentou-se crescente neste período de cinco anos, dentre as demais formas de tributação, no ano de 2014 representava 33,9% destes pequenos negócios, mais do que o regime normal que representou neste ano 30,8% dos empreendimentos.

No Rio Grande do Sul pode-se observar na Tabela 5 pela mesma análise que o Regime Normal de tributação foi o mais utilizado pelas micro e pequenas empresas nos anos de 2010 e 2011, assim como ocorreu em nível nacional, e nos anos de 2012, 2013 e 2014 o regime do Simples Nacional passou a ser o mais utilizado por estes empreendimentos, representando

respectivamente 42,6%, 41% e 39% do total destas empresas nestes anos. E no sistema do SIMEI tem ocorrido um aumento da quantidade de empreendimentos optantes por esta modalidade de tributação, sendo que no ano de 2010 representava 6,4% dos empreendimentos, já no ano de 2014 representava 26,1% destes empreendimentos dentre os demais regimes tributários neste ano.

As atividades econômicas das microempresas e das empresas de pequeno porte são apresentadas por seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), sendo que a CNAE é dividida em cinco níveis hierárquicos compostos das seções, das divisões, dos grupos, das classes e das subclasses. O IBGE é o órgão gestor da CNAE, e assim explica sobre as seções desta classificação:

[...] As seções são criadas e definidas olhando-se mais para o que é produzido e menos para os processos empreendidos para produzir aquela produção. Como consequência, unidades com insumos e processos produtivos diferentes são classificadas numa mesma seção devido a semelhanças na finalidade da atividade exercida. (IBGE, 2007, p. 17).

De acordo com o IBGE (2007, p. 17) “no nível das seções, o propósito principal é definir um número limitado de categorias capaz de promover uma visão ampla e abrangente da economia, satisfatória para quadros-síntese de publicações estatísticas oficiais”. Assim, segundo o IBGE (2007) esta classificação possui 21 seções, sendo suas denominações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas e suas denominações

SEÇÃO	DENOMINAÇÃO
A	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
B	Indústrias Extrativas
C	Indústrias de Transformação
D	Eletricidade e Gás
E	Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação
F	Construção
G	Comércio; Reparação de Veículos Automotores E Motocicletas
H	Transporte, Armazenagem e Correio
I	Alojamento e Alimentação
J	Informação e Comunicação
K	Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados
L	Atividades Imobiliárias
M	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas
N	Atividades Administrativas e Serviços Complementares
O	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
P	Educação
Q	Saúde Humana e Serviços Sociais
R	Artes, Cultura, Esporte e Recreação
S	Outras Atividades de Serviços
T	Serviços Domésticos
U	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE (2007).

Assim, destas 21 seções da Classificação Nacional das Atividades Econômicas, são demonstradas as 10 seções que possuem a maior quantidade de micro e pequenas empresas em cada ano no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, entre o período de 2010 a 2014, e as demais seções de atividades econômicas são apresentadas agrupadas em outras atividades.

Cabe ressaltar que a seção de atividades denominada Q de saúde humana e serviços sociais, apresentou-se com uma das principais seções apenas no ano de 2010 no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos de 2010, 2011, e 2012, posteriormente no lugar desta seção surge à seção P de educação, tanto em nível nacional, como estadual.

A Tabela 3 demonstra a quantidade micro e pequenas empresas por seção de atividade econômica, com a análise vertical (A.V.) referente à representação percentual da quantidade de empreendimentos em cada seção em relação ao total destes empreendimentos ativos em cada ano de 2010 a 2014, no Brasil e no Rio Grande do Sul, como pode ser observado na sequência.

Tabela 3 – Distribuição das micro e pequenas empresas por seções de atividades econômicas no período de 2010 a 2014

SEÇÕES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE											
ANO	2010		2011		2012		2013		2014		
	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	Quantidade	A.V.%	
BRASIL	G - Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	3.808.126	50,7%	4.320.893	49,2%	4.837.905	47,8%	5.415.224	46,5%	6.014.810	45,3%
	C- Indústrias de Transformação	737.370	9,8%	870.001	9,9%	1.005.108	9,9%	1.156.001	9,9%	1.319.960	9,9%
	I - Alojamento e Alimentação	639.598	8,5%	761.129	8,7%	888.865	8,8%	1.038.026	8,9%	1.207.360	9,1%
	N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	439.873	5,9%	513.845	5,9%	591.301	5,8%	680.279	5,8%	775.037	5,8%
	H - Transporte, Armazenagem e Correio	324.297	4,3%	385.211	4,4%	452.637	4,5%	533.505	4,6%	618.925	4,7%
	F- Construção	317.594	4,2%	420.604	4,8%	541.284	5,4%	685.293	5,9%	844.098	6,4%
	M- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	305.264	4,1%	352.938	4,0%	407.479	4,0%	472.993	4,1%	545.322	4,1%
	S- Outras Atividades de Serviços	275.059	3,7%	401.532	4,6%	534.630	5,3%	683.201	5,9%	843.240	6,4%
	J - Informação e Comunicação	189.905	2,5%	214.203	2,4%	239.523	2,4%	267.693	2,3%	298.707	2,3%
	Q - Saúde Humana e Serviços Sociais	133.462	1,8%	/	/	/	/	/	/	/	/
	P - Educação	/	/	158.351	1,8%	188.878	1,9%	227.821	2,0%	271.354	2,0%
	Outros	344.761	4,6%	382.103	4,4%	423.720	4,2%	475.665	4,1%	536.713	4,0%
<b>Total</b>	<b>7.515.309</b>	<b>100%</b>	<b>8.780.810</b>	<b>100%</b>	<b>10.111.330</b>	<b>100%</b>	<b>11.635.701</b>	<b>100%</b>	<b>13.275.526</b>	<b>100%</b>	
RIO GRANDE DO SUL	G - Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	321.959	49,8%	349.746	48,4%	378.940	47,0%	411.350	45,6%	445.101	44,3%
	C - Indústrias de Transformação	79.497	12,3%	88.464	12,2%	98.035	12,2%	108.651	12,0%	119.829	11,9%
	I - Alojamento e Alimentação	51.192	7,9%	57.309	7,9%	64.007	7,9%	71.619	7,9%	79.750	7,9%
	N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	32.872	5,1%	37.072	5,1%	41.651	5,2%	46.711	5,2%	52.388	5,2%
	H - Transporte, Armazenagem e Correio	37.031	5,7%	41.372	5,7%	46.432	5,8%	52.004	5,8%	57.375	5,7%
	F- Construção	29.579	4,6%	38.984	5,4%	50.597	6,3%	64.144	7,1%	79.108	7,9%
	M- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	25.365	3,9%	28.201	3,9%	31.420	3,9%	35.527	3,9%	40.171	4,0%
	S- Outras Atividades de Serviços	20.020	3,1%	26.791	3,7%	35.064	4,3%	44.265	4,9%	53.772	5,4%
	J- Informação e Comunicação	12.845	2,0%	14.136	2,0%	15.539	1,9%	17.041	1,9%	18.755	1,9%

Q - Saúde Humana e Serviços Sociais	10.061	1,6%	10.765	1,5%	11.595	1,4%	/	/	/	/
P - Educação	/	/	/	/	/	/	13.418	1,5%	16.030	1,6%
Outros	26.077	4,0%	29.460	4,1%	33.415	4,1%	37.494	4,2%	41.675	4,2%
<b>Total</b>	<b>646.498</b>	<b>100%</b>	<b>722.300</b>	<b>100%</b>	<b>806.695</b>	<b>100%</b>	<b>902.224</b>	<b>100%</b>	<b>1.003.954</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBPT (2015).

Observa-se na Tabela 8 pela análise vertical que no Brasil a seção de atividade econômica G de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas foi neste período de cinco anos a principal opção de atividade econômica das micro e pequenas empresas, onde representou entre 50,7% até 45,3% do total destes empreendimentos por ano. Seguida pela seção C de indústrias de transformações que representou entre 9,9% a 9,8% do total dos empreendimentos e pela seção I de alojamento e alimentação que manteve percentuais entre 9,1% até 8,5% deste total por ano. As demais seções apresentaram percentuais menores que 7% na sua representação do total de empreendimentos ativos em cada ano, sendo que as seções com menos de 3% do total destes empreendimentos foram a Q de saúde humana e serviços sociais, a J de informação e comunicação, e a P de educação.

Nesta perspectiva de análise verifica-se na Tabela 8 que no Rio Grande do Sul da mesma forma que no Brasil, entre as seções apresentadas a seção G de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas de 2010 a 2014 foi a que apresentou a maior quantidade de micro e pequenas empresas com variações entre 49,8% até 44,3% do total destes empreendimentos por ano. Também, seguida pela seção C de indústrias de transformação com percentuais entre 12,3% até 11,9%, e pela seção I de alojamento e alimentação que apresentou percentual de 7,9% do total de micro e pequenas empresas ativas, neste período. Com a exceção da seção F de construção que apresentou no ano de 2014 um percentual de 7,9% do total destes empreendimentos, as demais seções apresentaram uma quantidade menor que 7,9% na sua representação no total desta quantidade em cada ano, e como no Brasil a seção Q de saúde humana e serviços sociais, a J de informação e comunicação, e a P de educação apresentaram menos de 3% do total dos pequenos negócios, nestes cinco anos.

Ainda como demonstrado na Tabela 3, às seções de atividades econômicas com quantidades menos significativas de empreendimentos não são identificadas, apenas apresenta-se sua participação entre estas principais seções como outros, assim tanto em nível nacional, estadual e municipal neste período de cinco anos estas outras seções representaram menos de 5% do total de empreendimentos em cada ano.



Para melhor analisar as variações ocorridas entre a quantidade de micro e pequenas empresas em cada seção de atividade econômica a Tabela 4 apresenta estas variações por ano em relação a esta quantidade no ano anterior e a análise horizontal (A.H.) referente à variação percentual da quantidade de empreendimentos em cada seção de atividade econômica que ocorreu do ano de 2010 em relação ao ano de 2014, na sequência.

Tabela 4 – Variação anual da quantidade de micro e pequenas empresas por seções de atividades econômicas

VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DE MPE POR SEÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA						
Variação em percentual entre os anos		2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2010/2014 (A.H.)
		1	2	3	4	4 (A.H.)
BRASIL	G - Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	13,5%	12,0%	11,9%	11,1%	<u>57,9%</u>
	C- Indústrias de Transformação	18,0%	15,5%	15,0%	14,2%	<u>79,0%</u>
	I - Alojamento e Alimentação	19,0%	16,8%	16,8%	16,3%	<u>88,8%</u>
	N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	16,8%	15,1%	15,0%	13,9%	<u>76,2%</u>
	H - Transporte, Armazenagem e Correio	18,8%	17,5%	17,9%	16,0%	<u>90,9%</u>
	F- Construção	32,4%	28,7%	26,6%	23,2%	<u>165,8%</u>
	M- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	15,6%	15,5%	16,1%	15,3%	<u>78,6%</u>
	S- Outras Atividades de Serviços	46,0%	33,1%	27,8%	23,4%	<u>206,6%</u>
	J - Informação e Comunicação	12,8%	11,8%	11,8%	11,6%	<u>57,3%</u>
	Q - Saúde Humana e Serviços Sociais	/	/	/	/	/
	P - Educação	/	19,3%	20,6%	19,1%	/
	Outros	10,8%	10,9%	12,3%	12,8%	<u>55,7%</u>
RIO GRANDE DO SUL	G -Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	8,6%	8,3%	8,6%	8,2%	<u>38,2%</u>
	C - Indústrias de Transformação	11,3%	10,8%	10,8%	10,3%	<u>50,7%</u>
	I - Alojamento e Alimentação	11,9%	11,7%	11,9%	11,4%	<u>55,8%</u>
	N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	12,8%	12,4%	12,1%	12,2%	<u>59,4%</u>
	H - Transporte, Armazenagem e Correio	11,7%	12,2%	12,0%	10,3%	<u>54,9%</u>
	F- Construção	31,8%	29,8%	26,8%	23,3%	<u>167,4%</u>
	M- Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	11,2%	11,4%	13,1%	13,1%	<u>58,4%</u>
	S- Outras Atividades de Serviços	33,8%	30,9%	26,2%	21,5%	<u>168,6%</u>
	J- Informação e Comunicação	10,1%	9,9%	9,7%	10,1%	<u>46,0%</u>
	Q - Saúde Humana e Serviços Sociais	7,0%	7,7%	/	/	/
	P - Educação	/	/	/	19,5%	/
	Outros	13,0%	13,4%	12,2%	11,2%	<u>59,8%</u>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBPT (2015).

A Tabela 5 apresentada anteriormente evidencia que em todas as seções de atividades econômicas houve aumento da quantidade de empreendimentos em relação à quantidade do ano anterior, no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Vacaria. Com exceção da seção Q de saúde humana e serviços sociais que como explicado anteriormente, apresentou-se



como uma das principais seções apenas no ano de 2010 no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos de 2010, 2011 e 2012, sendo que entre estes anos possíveis de mensurar a variação ela também teve crescimento no estado, mas posteriormente surge a seção P de educação como uma das principais em seu lugar.

Observa-se que nas seções F de construção e a S de outras atividades de serviços que apresentaram a maior variação em relação à quantidade de empreendimentos no ano anterior, entre as outras seções nestes três âmbitos estudados. Sendo que em nível nacional, estadual e municipal a seção F de construção atingiu sua maior variação no ano de 2011, onde no Brasil variou 32,4% em relação a 2010, no Rio Grande do Sul variou 31,8% e em Vacaria variou 55,7%. E a seção S de outras atividades de serviços também apresentou sua maior variação no ano de 2011, em relação ao ano de 2010, nestes três âmbitos analisados, atingindo em 2011 uma variação de 46% no Brasil, de 33,8% no Rio Grande do Sul.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As microempresas e as empresas de pequeno porte são formas de empreender que surgiram desde as primeiras atividades econômicas que foram realizadas pela sociedade, com o tempo este segmento empresarial passou a ser valorizado devido a seu importante papel no desenvolvimento socioeconômico dos países. Na atualidade representam a maioria das empresas ativas do Brasil, desempenhando diversas atividades econômicas e contribuindo significativamente para o desenvolvimento nacional e estadual.

Portanto, conclui-se que o comportamento do mapeamento das microempresas e empresas de pequeno porte seguiu uma tendência em nível nacional e estadual no período de 2010 a 2014, evidenciando esta tendência quanto a crescente quantidade de empreendimentos ativos; referente às variações entre os regimes tributários e entre o crescimento por tamanho destas empresas; e quanto as principais seções de atividades econômicas que se mantiveram as mesmas, exceto a seção Q de saúde humana e serviços sociais, ainda as seções com mais empreendimentos e as que mais cresceram no período. Pois as similaridades apuradas nestas variáveis estudadas são mais significativas que as poucas divergências que ocorreram.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 8 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.000**, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (*entrepreneurship*)**: prática e princípios. Trad. Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomsom, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil**. Estudos e pesquisas, informação econômica, n. 1, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Introdução a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0**. 2007. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/documentacao/documentacao-cnae-2-0>>. Acesso em: 22 maio 2015.

IBPT. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. **Empresômetro MPE**, estatísticas. 2015. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acesso em: 14 abr./maio 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. **Empresômetro MPE**, metodologia. 2015. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Home/Metodologia>>. Acesso em: 16 maio 2015.

FERREIRA, A. V. **Como crescer**: estratégia, gestão e recursos para sua empresa. São Paulo: Ernst & Young Terco, 2013.

KOTESKI, M. A. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. **FAE BUSINESS**, Curitiba, n. 8, p. 16-18, maio 2004.

PAES, N. L. Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e os gastos tributários. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 541-554, set./dez. 2014.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; CALIXTRE, A. B. (Orgs.). **Micro e pequenas empresas**: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED**. Brasília-DF, fev. 2015. Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CAGED%20fev%202015.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 147**. Brasília-DF, 2014. Disponível em:  
<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/2eab07c28b9c39e65c8c9cf8c33f8803/\\$File/5181.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2eab07c28b9c39e65c8c9cf8c33f8803/$File/5181.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2015.

STROEHER, A. M.; FREITAS, S. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração**, v. 1, n. 1, 2008.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN MORCILLO, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S.; ENRIQUEZ GARCIA, M. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.